



Diretoria de Auditoria e Fiscalização – DIAFI Departamento de Auditoria da Gestão Municipal – DEAGM I Divisão de Auditoria da Gestão Municipal – DIAGM II	
Processo:	3882/22
Jurisdicionado:	Câmara Municipal de Itatuba
Subcategoria:	PCA - Prestação de Contas Anuais
Responsável:	Aécio Cavalcante de Medeiros
Assunto:	Prestação de Contas Anuais
Exercício:	2021
Relator:	Conselheiro Arnóbio Alves Viana

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE DEFESA

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo ao despacho exarado, às fls. 231-232, pela Secretária de Gabinete Bruna Vládima de Souza Pessoa, por delegação do Conselheiro Arnóbio Alves Viana, este Órgão Técnico de Instrução passa a proceder à análise da defesa apresentada (Documento nº 70131/22 - fls. 216-225) pelo Senhor Severino Medeiros Ramos Neto, representante legal (fl. 215), do Senhor Aécio Cavalcante de Medeiros, Presidente da Câmara Municipal de Itatuba, exercício 2021.

2. ANÁLISE DA DEFESA

2.1 IRREGULARIDADE

Remuneração de vereadores em desconformidade com o disposto na CRFB/1988 (item 4.1 do Relatório Inicial)

DEFESA

Alega o defendente que a **Lei Municipal nº 431/2016** (fixação dos subsídios dos Agentes Políticos) respeitou a **CF/88** e a **Resolução RPL-TC-006/2017**. Inclusive que a Auditoria já havia atestado pela regularidade da remuneração dos Vereadores da CM de Itatuba, no bojo do Processo TC nº 00330/17 (Acompanhamento da Gestão), através do DOC TC nº 33816/17.



“Neste linear, a **Lei Municipal nº 431/2016** (fixou os subsídios), está em consonante com o inciso VI do art. 29 da CF/88, perfeitamente harmonizada, sem máculas e vinculada ao princípio da anterioridade, ou seja, este ato normativo de fixação, estar apto à produzir seus efeitos jurídicos até o término da legislatura 2017-2020, prosseguindo seus efeitos por 2021 sem alteração e por força da Resolução RPL-TC 06/2017 deste tribunal de contas. E não aconteceu diferente! Desta feita, em 29/05/2017, a **Unidade Técnica desta corte de contas atestou a regularidade da remuneração dos vereadores** para a legislatura em análise, nos autos do **Processo TC 00330/17**, conforme segue:

 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA	CÓDIGO: POP-AUD-014/002 Periodicidade: sob demanda Versão: 002	
DIRETORIA DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO-DIAFI DEPARTAMENTO DE AUDITORIA DA GESTÃO MUNICIPAL II – DEAGM II Divisão de Acompanhamento da Gestão Municipal V		
Processo TC Nº	00330/17	
Natureza	ACOMPANHAMENTO	
Jurisdicionado	CÂMARA MUNICIPAL DE ITATUBA	
Responsável	TELBANIO BEZERRA DE LIMA	
Exercício	2017	
Objeto Exame	REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES	Período: JAN/MAR/2017

CERTIDÃO DE CONFORMIDADE

Certificamos que examinada a remuneração paga aos Vereadores da Câmara Municipal acima identificada no período indicado ditos pagamentos apresentam-se conforme às disposições da legislação de regência.

João Pessoa, 29/05/2017

Em seguida, alega ainda que tramita na 2ª Vara Mista de Ingá, uma Ação de Improbidade, impetrada pelo MP em face do ex-presidente (biênio 2017-2018) da CM de Itatuba, o Senhor Telbanio Bezerra de Lima, obrigando o mesmo a pagar o valor fixado em lei (Lei nº 431/2016) como subsídio dos Vereadores.

Tramita na 2ª Vara Mista de Ingá, uma AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL sob nº 0800014-72.2019.8.15.0201. Nesta, o Ministério Público Estadual ajuizou ação civil de improbidade administrativa contra Telbanio Bezerra de Lima (ex-gestor no biênio 2017-2018). O MP, Alega, em suma, o descumprimento da Lei Municipal nº 431/2016 que trata do aumento do subsídio dos



vereadores para a legislatura de 2017/2020, alegando, em suma, que **o Presidente, por ato unilateral, decidiu não pagar os valores fixados em lei**, porém, mantém vários cargos comissionados e servidores não estáveis em detrimento dos vereadores.

[...]

Assevera que o órgão ministerial expediu recomendação ao gestor investigado, no sentido de que adoção das providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal, até que estejam atendidos os limites previstos nos artigos 29, inciso VII, e 29-A, §1º, ambos da Constituição Federal, com vistas a observância da Lei Municipal nº 431/2016. Todavia, **a recomendação ministerial não foi observada.** (Grifou-se)

Dessa forma, seria ato de improbidade do gestor, o não pagamento dos valores fixados para remuneração dos Agentes Políticos, conforme a Lei Municipal nº 431/2016.

AUDITORIA

Inicialmente, cumpre salientar que existem **duas** questões que devem ser separadas, a fim de esclarecer a irregularidade apontada pela Auditoria e facilitar o entendimento da defesa sobre o tema (remuneração dos Vereadores).

1) Resolução RPL-TC-006/2017:

Tal Resolução foi editada com o propósito de examinar as normas fixadoras dos subsídios dos Vereadores para a Legislatura 2017/2020, sob a forma de inspeção especial de gestão de pessoal. Em resumo, decidiu-se que o valor fixado para os subsídios dos Vereadores e Presidente de Câmara, deve obedecer às seguintes condições:

- Proporção do estipêndio do Parlamentar Estadual e Presidente da Assembleia (vide remuneração do Ministro do Supremo Tribunal Federal (R\$ 33.763,00 – Lei 13.091/15));
- Total da despesa com remuneração dos Vereadores não ultrapassar 5% da receita do Município; (conforme inciso VII do art. 29 da CF/88)
- Total da despesa do Legislativo Municipal, incluindo o subsídio dos Vereadores, deve respeitar o montante de 3,5% a 7% da receita tributária



e transferências realizadas no exercício anterior; (conforme art. 29-A da CF/88)

- Total da folha de pagamento do Legislativo Municipal, incluindo o subsídio dos Vereadores, não deve ultrapassar 70% da sua receita; (conforme § 1º do art. 29-A da CF/88) e
- **Valor compatível com os limites em janeiro de 2017 e este ser fixo durante todo o exercício, somente podendo ser alterado a partir de 2018 sob o pálio da revisão geral anual, nos termos do inciso X do art. 37 da CF/88.**

2) Parecer Normativo PN-TC-02/21:

Tal Parecer foi editado em resposta à consulta formulada pelo Presidente da Câmara do Município de Sousa, acerca de questionamentos sobre a aplicação da Lei Complementar Federal Nº 173/2020, em relação à possibilidade de aumento dos subsídios dos Vereadores para a Legislatura 2021/2024. Foi decidido que **para o exercício 2021, deverão ser mantidos os mesmos parâmetros e limites dos subsídios fixados para a Legislatura 2017/2020, conforme disposto na Resolução RPL-TC-006/2017.**

Feita essa introdução, passa-se à análise dos argumentos apresentados pela Defesa.

Inicialmente o defendente alega que a **Lei Municipal nº 431/2016** (fixação dos subsídios dos Agentes Políticos) respeitou a **CF/88** e a **Resolução RPL-TC-006/2017**. Inclusive que a Auditoria já havia atestado pela regularidade da remuneração dos Vereadores da CM de Itatuba, no bojo do Processo TC nº 00330/17 (Acompanhamento da Gestão), através do DOC TC nº 33816/17.

De fato, a Lei Municipal nº 431/2016 cumpre todos os limites e requisitos conforme a CF/88 e a Resolução RPL-TC-006/2017. Ocorre que no início da Legislatura 2017-2020, optou-se por pagar os valores de R\$ 8.000,00 e R\$ 4.000,00, para o Vereador Presidente e demais Vereadores, respectivamente, em detrimento dos valores pactuados na Lei em questão.

Art. 3º - O Subsídio mensal do Vereador, em termos pecuniários, corresponderá à importância de R\$ 4.500,00 (Quatro mil e Quinhentos Reais).



Parágrafo único- o Subsídio mensal atribuído ao Vereador ocupante do Cargo de Presidente da Câmara Municipal será de 100% (Cem por Cento) do valor atribuído no Caput deste artigo, a título de cobertura e cumprimento de suas obrigações administrativas.

Sendo assim, entende este Corpo Técnico, seguindo o disposto na Resolução RPL-TC-006/2017, que a remuneração de janeiro do primeiro ano da Legislatura deve ser seguida durante todo o período (2017 a 2020). No caso em tela, configurou-se aumento da remuneração durante a Legislatura, descumprindo o inciso X do art. 37 da CF/88, e, consequentemente, a Resolução RPL-TC-006/2017.

Conforme explicado inicialmente, umas das condições para fixação da remuneração dos Vereadores, de acordo a Resolução RPL-TC-006/2017, é:

- **Valor compatível com os limites em janeiro de 2017 e este ser fixo durante todo o exercício, somente podendo ser alterado a partir de 2018 sob o pálio da revisão geral anual, nos termos do inciso X do art. 37 da CF/88.**

Logo, conforme constatado por este Corpo Técnico, a remuneração fixada para 2017, primeiro ano da Legislatura, foi majorada em 2020, senão vejamos:

Agente	Valor pago em janeiro de 2017 (R\$)	Valor pago em janeiro de 2020 (R\$)	Diferença (R\$)
Vereador Presidente	8.000,00	9.000,00	1.000,00
Demais Vereadores	4.000,00	4.500,00	500,00

Ademais, com relação ao argumento de que a Auditoria já havia atestado pela regularidade da remuneração dos Vereadores da CM de Itatuba, no bojo do Processo TC nº 00330/17 (Acompanhamento da Gestão), através do DOC TC nº 33816/17, trata-se de um entendimento errôneo da defesa. Naquela oportunidade, este Órgão de Instrução pugnou pela regularidade, pois a análise ateve-se apenas aos meses de janeiro a março do primeiro ano da Legislatura (2017). Não havia ocorrido ainda nenhuma majoração, sendo naquele momento, de fato, obedecidos os ditames Constitucionais e entendimentos desta Corte de Contas.

Finalmente, com relação à Ação de Improbidade, impetrada pelo MP em face do ex-presidente (biênio 2017-2018) da CM de Itatuba, o Senhor Telbanio Bezerra de Lima, obrigando o mesmo a pagar o valor fixado em lei (Lei nº 431/2016) como subsídio dos



Vereadores, cumpre salientar que apesar do não cumprimento do gestor em relação ao pagamento do valor fixado pela Lei nº 431/2016, tal fato não constituiu ato de improbidade, conforme sentença prolatada pela 2ª Vara Mista de Ingá.

“Agindo assim, resta claro que o réu infringiu o disposto no Lei Municipal nº 431/2016, ferindo, por consequência, o princípio da legalidade.

No entanto, em que demonstrado que a conduta do demandado atentou contra o princípio da legalidade, para sua caracterização como ato de improbidade administrativa, é necessário que se observe se a conduta do réu se amolda a algum dos incisos do art. 11 da Lei de Improbidade, considerando a nova redação do dispositivo legal após a edição da Lei nº. 14.230/2021.”

Em resumo, **o entendimento deste Corpo Técnico é pela manutenção da irregularidade, dado que restou comprovado o descumprimento do inciso X do art. 37 da CF/88, e, conseqüentemente, da Resolução RPL-TC-0006/2017.**

3. CONCLUSÃO

Ante a análise dos esclarecimentos prestados, entende este Corpo Técnico que **resta mantida a irregularidade 2.1 – correspondente ao item 4.1 do relatório inicial.**

Item deste Relatório	Item do	Irregularidade	Fundamentação	Valor(R\$)
2.1	4.1	Remuneração de vereadores em desconformidade com disposto na CRFB/1988	Art. 37, inciso X da CRFB/1988	-

Ademais, sugere-se a devolução dos valores percebidos a maior pelos Vereadores, conforme o quadro a seguir:

Vereador	Valor Limite (conforme remuneração de janeiro de 2017)	Valor Recebido em 2021(igual a 2020)	Valor a ser devolvido
Aécio Cavalcante de Medeiros (Presidente)	R\$ 96.000,00	R\$ 108.000,00	R\$ 12.000,00
Antonio Marcone Borba Guerra	R\$ 48.000,00	R\$ 54.000,00	R\$ 6.000,00
Eraldo Merencio de Lira	R\$ 48.000,00	R\$ 54.000,00	R\$ 6.000,00
Jael Aurino de Andrade Cabral	R\$ 48.000,00	R\$ 54.000,00	R\$ 6.000,00



Jose Petronio Pereira da Silva	R\$ 48.000,00	R\$ 54.000,00	R\$ 6.000,00
Jose Ronaldo Pedro da Silva	R\$ 48.000,00	R\$ 54.000,00	R\$ 6.000,00
Josilene Martins de Lima Silva	R\$ 48.000,00	R\$ 54.000,00	R\$ 6.000,00
Telbanio Bezerra de Lima	R\$ 48.000,00	R\$ 54.000,00	R\$ 6.000,00
Rosinete Mota de Andrade Silva	R\$ 48.000,00	R\$ 54.000,00	R\$ 6.000,00

É o relatório.

Assinado em 23 de Setembro de 2022



Carlos Frederico Gonçalves Córdula
Mat. 3708519
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

Assinado em 29 de Setembro de 2022



Maria Carolina Cabral da Costa
Mat. 3703622
CHEFE DE DIVISÃO